



## Senado envia à Câmara mais 4 propostas da Agenda Brasil

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros preside sessão em que os senadores aprovaram a criação do Programa de Redução de Litígios Tributários

Senadores tiveram um dia intenso de trabalho sobre o conjunto de projetos organizado pela Casa que visa à retomada do crescimento por meio da melhoria do ambiente de negócios e das contas públicas

**E**m Plenário, foi aprovada a medida provisória que cria programa para reduzir os litígios entre empresas e Receita Federal. Na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que analisa as propostas da Agenda Brasil, foi feita a votação final de mais três textos. Eles tratam da adição

de biodiesel ao óleo diesel, do empreendedorismo do jovem do campo e da negociação coletiva na administração pública. Um outro projeto, que permite a estados e municípios usarem os depósitos de processos em andamento, também foi aprovado, mas passará por um segundo turno de votação. **6 e 7**

**Texto criminaliza racismo praticado pela internet **9****

**Estados criam grupo para desenvolver o Brasil Central **11****

**Drogas respondem por mais de 50% das mortes de jovens **5****

**CPI do Futebol tem mais 6 meses para investigar a CBF **10****

**Venda de imóveis da União passa em 1ª etapa de análise **4****

### Cinco comissões definem emendas para o Plano Plurianual 2016–2019

Seguem para a Comissão Mista de Orçamento as prioridades de investimento aprovadas ontem pelas Comissões de Desenvolvimento Regional, Ciência e

Tecnologia, Infraestrutura, Assuntos Econômicos e Direitos Humanos. Os valores só serão especificados nas propostas orçamentárias de cada ano. **12**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional definem prioridades

### Relator da LDO de 2016 reduz desconto que governo pode fazer na meta fiscal

O deputado Ricardo Teobaldo, relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, passou de R\$ 30 bilhões para R\$ 20 bilhões a

margem para gerenciamento do superavit primário de 2016. Ele atendeu pedido do relator-geral do Orçamento, Ricardo Barros. **12**

Pedro Franco/Agência Senado



Comissão de Orçamento: ideia é exigir rigor para pôr contas do país em dia



Relatora do projeto, Gleisi Hoffmann conversa com Reguffe na sessão

### Parcerias entre administração pública e ONGs têm novas regras

Segue para sanção o marco legal para o terceiro setor, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. As novas regras valerão a partir de fevereiro, no caso de parcerias com União ou estados, e a partir de 2017, no caso de municípios.

Na escolha das entidades, não será mais ne-

cessário o chamamento público quando os recursos vierem de emendas parlamentares ou quando a parceria não envolver verba pública. Além disso, o administrador poderá dispensar a exigência de a organização ter experiência prévia na atividade que será contratada. **3**

### Bolsista poderá ter de atuar em escolas públicas

Bolsistas de programas federais deverão colaborar com escolas da rede pública de educação básica. É o que determina proposta aprovada ontem pelo Plenário e que agora segue à Câmara. A carga horária mínima é de quatro horas semanais e a forma de colaboração deverá ser definida pelo governo e secretarias de Educação. **3**

### Cargos da polícia do DF passarão a ser de nível superior

O Plenário aprovou ontem projeto que transforma de nível médio em superior cargos da carreira da Polícia Civil do DF. A proposta busca possibilitar o recrutamento de profissionais mais preparados para a função e o trato com a sociedade, argumenta o Executivo. O texto agora vai a sanção presidencial. **3**

**Aprovado fim da cobrança da taxa de roaming **10****

**Comissão ratifica diligência em área de desastre em Minas **4****

**Duas novas sugestões de jovens senadores se tornam projetos **8****





Entre outros senadores, Collor e Garibaldi cortam fita na posição de retrato do alagoano em galeria de ex-presidentes

## Collor defende mudanças na Lei de Licitações e no Estado

Na retomada do crescimento, o país precisa combater excesso de burocracia e encontrar equilíbrio para que exigências ambientais não engessem o desenvolvimento, disse senador em homenagem

O SENADOR FERNANDO Collor (PTB-AL) foi homenageado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), com a inserção de seu retrato na galeria de ex-presidentes do colegiado. Collor presidiu a comissão nos biênios 2009-2010 e 2013-2014. Na cerimônia, ele defendeu mudanças em pontos que considera cruciais no Estado brasileiro, visando ao incremento da infraestrutura e à retomada do crescimento.

Collor defendeu uma mudança radical na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) porque considera que a norma se tornou um obstáculo ao desenvolvimento, devido a seu “viés burocratizante”.

— Esse é um desafio de hoje para todos nós. Temos que modernizar a norma, seja por meio do RDC [Regime Diferenciado de Contratações] ou de uma nova lei — destacou.

O senador também criticou o excesso de burocracia que

percebe nas relações do Estado com a sociedade e considerou excessivos “os poderes que o Tribunal de Contas da União tem se auto-outorgado”, e que, a seu ver, vão além do que determina a Constituição.

— O TCU não pode paralisar uma obra por causa de detalhes mínimos, que é infelizmente o que acontece hoje. Correções devem ser feitas, mas sem paralisar os trabalhos — afirmou.

### Equilíbrio

O país, na opinião do senador, também precisa encontrar um equilíbrio entre as exigências ambientais e a atuação de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público, para que não “engessem” o desenvolvimento.

— O momento atual é importante, pois temos que superar

a crise sem inviabilizar nossa infraestrutura — reforçou.

Para Collor, este não é o momento ideal para que se discuta a mudança no regime de concessão do petróleo da camada pré-sal, pois isso pode “enfraquecer ainda mais a Petrobras”.

— Esse debate pode acontecer em outro momento — disse.

Os senadores presentes à homenagem elogiaram as duas gestões de Collor à frente da CI.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou o compromisso do colega com a modernização da Lei de Licitações. Wellington Fagundes (PR-MT) observou que as mudanças defendidas por Collor na gestão de aeroportos e portos “são realidade hoje”.

E o atual presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que Collor deu uma nova dimensão à CI pela forma como atuou em seus dois mandatos.

## Restrição a cargo comissionado passa em 2ª discussão

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2015, que reduz o número de cargos em comissão (de livre nomeação pelo gestor público) nos governos federal, estaduais e municipais passou pela segunda sessão de discussão no Plenário ontem. O texto também exige processo seletivo para

preenchimento dos cargos.

De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta, que altera o artigo 37 da Constituição, integra a Agenda Brasil e recebeu substitutivo do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

A PEC constará da ordem do dia de hoje e precisa passar por mais três sessões de

discussão antes de ser votada em primeiro turno no Plenário. São necessários 49 votos para aprovação. Se aprovada, haverá mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Para que a Constituição seja alterada, o texto tem que ser aprovado também pela Câmara dos Deputados.

## Renan, Serra e Pinheiro reúnem-se com presidente do STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, Walter Pinheiro (PT-BA) e José Serra (PSDB-SP) se reuniram ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski.

No encontro, trataram das agendas comuns entre os dois

Poderes, como a legislação de execução fiscal, depósitos judiciais e administrativos e precatórios.

Foram indicados representantes do Congresso Nacional e dos governadores para participar do Fórum Nacional dos Precatórios, vinculado ao

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De outro lado, o Poder Judiciário credenciará representantes para acompanhar os trabalhos da Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD), constituída no âmbito do Senado.

## Ricardo Franco toma posse como senador, no lugar de Maria do Carmo

Tomou posse ontem o senador Ricardo Franco (DEM-SE), primeiro suplente de Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Ela se licenciou para assumir a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju.

Ricardo Franco é empresário do ramo de laticínios e filho do ex-senador e ex-governador de Sergipe Albano Franco. Durante as eleições de 2014, ele concorreu na chapa de Maria do Carmo Alves como membro do PTB, e filiou-se ao DEM neste ano. O novo senador foi saudado

pelos colegas e pelo pai, que compareceu à cerimônia de posse. José Agripino (DEM-RN), presidente do partido, disse que a família de Franco é “a marca da competência e da lealdade” e desejou boas-vindas ao correligionário.

A senadora licenciada Maria do Carmo Alves também foi elogiada pelos senadores, que desejaram a ela sorte no novo cargo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que ela honrou seu mandato e que agora devotará suas atenções para a população carente de Aracaju.



Franco assina posse entre o secretário-geral, Luiz Fernando Bandeira, e Renan

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Pecuária em Mato Grosso**  
8h A comissão avalia as emendas apresentadas ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Depois, realiza audiência sobre a pecuária em Mato Grosso.
- CAS Plano Plurianual**  
9h30 Análise de emendas ao Plano Plurianual 2016-2019.
- CRE Mercosul**  
9h30 Exame de emendas ao PPA 2016-2019. Depois, audiência sobre os 25 anos do Mercosul. Na 3ª parte, análise de projeto que garante às mulheres o direito de opção ao serviço militar.
- CMO Orçamento 2016**  
9h30 Análise de relatórios apresentados ao projeto de lei orçamentária de 2016.
- CCJ Titulares de cartório**  
10h Audiência sobre projeto que regulariza a situação de titulares de cartórios. Depois, análise de emendas ao PPA.

- CMMC Fraude na Volkswagen**  
10h Audiência pública interativa sobre fraude em softwares nos motores de carros da Volkswagen.
- SENADO DO FUTURO Emendas**  
10h A comissão analisa emendas ao Plano Plurianual para 2016-2019.
- CE Emendas**  
10h30 A Comissão de Educação avalia emendas ao Plano Plurianual 2016-2019.
- SESSÃO ESPECIAL Brasil-Japão**  
11h Comemoração dos 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre Brasil e Japão.
- PLENÁRIO MP das Hidrelétricas**  
14h Na pauta, a MP 688/2015, que transfere ao consumidor final o prejuízo pela falta de chuvas na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**  
16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h30, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Vai a sanção parceria entre Estado e sociedade

Novas regras entram em vigor em fevereiro para União e estados e em 2017 para municípios. Marco legal para o terceiro setor foi elogiado pela maioria dos senadores

FOI ADIADA PARA fevereiro de 2016 a entrada em vigor das novas regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil (OSCs) e União ou estados (Lei 13.019/2014). Para municípios, as novas regras serão aplicadas somente a partir de 1º de janeiro de 2017. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2015, aprovado ontem pelo Plenário do Senado, segue para sanção. Ele tem como origem a Medida Provisória 684/2015.

O texto aprovado é o da comissão mista, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). Relatora-revisora, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que as mudanças representam uma questão suprapartidária, reconhecida pela sociedade, pelos organismos de controle, pelo Ministério Público e pela Defensoria. A proposta foi aprovada na Câmara no dia 28.

Uma das mudanças dispensa de chamamento público para a escolha da entidade as parcerias com recursos oriundos de emendas parlamentares. Se a parceria não envolver recursos públicos, por meio do acordo de cooperação, também não será necessário o chamamento. Outro caso de dispensa é quando o objeto da parceria esteja sendo realizado com o cumprimento das metas há pelo menos seis anos ininterruptamente. No caso de atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, executados por organizações previamente credenciadas, o texto permite a dispensa do chamamento. Na lei atual, isso é possível só em situações de guerra ou grave perturbação da ordem pública.

Na regra geral, o chamamento será empregado para expandir a área de atuação



Relatora-revisora da medida, Gleisi Hoffmann conversa com Reguffe e Hélio José na sessão onde o texto foi aprovado

das OSCs e “não se aplica a entidades com parcerias em andamento, porque é sempre muito complicado, em um setor com profundas ramificações na sociedade, alterar, de forma súbita, relações há muito consolidadas”.

Quando aos requisitos exigidos para que as OSCs façam parcerias com o poder público, o texto flexibiliza o tempo mínimo de existência requerido. Em vez dos três anos previstos atualmente, exige-se um ano para parcerias com municípios, dois anos naquelas com os estados e mantém os três anos para acordos com a União. O administrador poderá, motivadamente, dispensar a exigência de a organização ter experiência prévia na realização do objeto da parceria para a contratação.

Uma das inovações é a concessão de benefícios às organizações da sociedade civil, independentemente de certificação. Essas organizações poderão receber doações de empresas até o limite de 2% da receita bruta do doador e receber bens móveis da Receita considerados irrecuperáveis, além de poderem dis-

tribuir ou prometer distribuir prêmios mediante sorteios, vale-brindes ou concursos com o objetivo de arrecadar recursos adicionais. Poderão se beneficiar disso as OSCs de diversos campos de atuação, desde assistência social, educação e saúde até aquelas promotoras da paz ou envolvidas no desenvolvimento de tecnologias alternativas.

Para as filantrópicas, a MP aprovada permite a análise do pedido de certificação fora da ordem cronológica se a entidade sem fins lucrativos estiver vinculada a projeto financiado por meio de acordo de cooperação internacional.

## Revogações

O texto aprovado na Câmara e mantido no Senado faz diversas revogações na lei atual, entre as quais destacam-se: o fim da publicação, no início de cada ano, dos valores da administração para projetos que poderão ser executados por meio de parcerias; a retirada da proibição de parcerias para a contratação de serviços de consultoria ou apoio administrativo, com ou sem alocação de pessoal; a

retirada da proibição de a OSC transferir recursos para clubes ou associações de servidores; a retirada da proibição de a OSC realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, publicidade ou obras que caracterizem novas estruturas físicas.

Quando à prestação de contas, mudou-se a sistemática que exigia a apresentação ao final de cada parcela se o repasse não fosse único. Com a MP, somente se a parceria for de mais de um ano é que a prestação será ao final de cada ano. Já o regulamento simplificado de prestação de contas não ficará mais restrito às parcerias com valores menores que R\$ 600 mil.

## Senadores divergem

Segundo Gleisi, o projeto aprovado corrige excessos do texto original da Lei 13.019/2014 e as alterações privilegiam o controle de metas e resultados, em detrimento dos controles de meio.

José Agripino (DEM-RN) disse ser contrário à proposta e defendeu mudanças no relatório. Reguffe (PDT-DF), criticou o excesso de terceiri-

zações das ações do governo, “sem controle e fiscalização dos contratos”. As santas casas, afirmou, “não podem ser escudo para uma série de ONGs que desempenham papéis que não são bons para a sociedade”. Ele disse que os contratos entre as ONGs e o governo são uma “caixa-preta” e que “o dinheiro do contribuinte precisa ser respeitado”.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que as entidades do terceiro setor são responsáveis pela coexecução de políticas públicas das mais relevantes, como as Apaes, as instituições nas áreas de saúde e os conselhos comunitários de segurança pública, entre outros.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) destacou a avaliação muito mais ampla dos projetos, que contempla custos, metas e avaliação de resultados, fazendo com que a prestação de contas seja meramente contábil, como ocorre hoje.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o marco legal previsto cria uma plataforma legislativa para impedir a ocorrência de casos de corrupção nas entidades que mantêm contratos com o poder público.

Ana Amélia (PP-RS) disse que o terceiro setor é uma área relevante para o país e que o marco regulatório traz “tranquilidade, serenidade, segurança e transparência, um avanço extraordinário” para a participação da sociedade no desenvolvimento econômico do país. “Estamos respeitando a filantropia e acabando com a pilantropia”, afirmou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que há mais de 300 mil entidades assistenciais no Brasil, das quais 54 mil atuam na área de assistência social e saúde, sendo que a maioria da mão de obra é de voluntários.

## Bolsistas deverão prestar serviço em escolas

O Plenário do Senado aprovou ontem proposta que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a colaborar com estabelecimentos públicos de educação básica. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2012, de Cristovam Buarque (PDT-DF), segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Segundo Reguffe (PDT-DF), é importante que os bolsistas devolvam para a sociedade parte do investimento feito neles pelo país. Ronaldo Caiado (DEM-GO), Telmário Mota (PDT-RR), Lasier Martins (PDT-RS), Hélio José (PSD-DF), Ana Amélia (PP-RS) e José Serra (PSDB-SP) também apoiaram a iniciativa.

Pelo texto, os bolsistas deverão prestar serviços de divulgação, formação e informação científicas e educacionais

em estabelecimentos públicos de educação básica. A carga horária prevista é de, no mínimo, quatro horas semanais. O objetivo da proposta é disseminar o interesse pelas ciências.

Na justificativa do projeto, Cristovam argumenta que, desde cedo, as crianças aprendem sobre arte e esporte, mas poucas se interessam por ciência. Atualmente, adverte, há milhares de cientistas em formação, como bolsistas, financiados a alto custo pelo governo, como é o caso do Programa Ciência sem Fronteiras.

A forma de participação dos bolsistas será definida pelos órgãos federais, com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Já os bolsistas no exterior deverão cumprir o compromisso após o retorno ao Brasil, durante período igual ao de duração da bolsa.

## Cargos da polícia do DF serão de nível superior

Os cargos da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal deverão ser transformados de nível médio em superior. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para sanção presidencial. Os cargos são perito criminal, perito médico-legista, agente de polícia, escrivão de polícia, papiloscopista policial e agente policial de custódia.

O PLC 91/2015 trata, principalmente, da política de valorização e reconhecimento profissional. Segundo o Executivo, autor da proposta, a intenção é recrutar profissionais mais preparados para o exercício da função e para o trato com a sociedade.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), lembrou que a medida foi fruto de um compromisso firmado com a categoria em 2014,

apoiado pelo então senador e hoje governador do DF Rodrigo Rollemberg. À época, medida semelhante foi aprovada para a Polícia Federal.

Cristovam Buarque (PDT-DF), Reguffe (PDT-DF), Hélio José (PSD-DF), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Aécio Neves (PSDB-MG) e Telmário Mota (PDT-RR) comemoraram a aprovação do projeto.

— Fui governador do DF. Tenho maior orgulho da PM, da Polícia Civil e dos Bombeiros do DF, que sempre prestaram um excelente serviço. Fico tranquilo que a presidente Dilma Rousseff vai sancionar a proposta porque há um acordo costurado para isso — afirmou Cristovam.

A votação foi acompanhada por representantes da categoria, que lotaram as galerias da Casa.



# Avança medida que autoriza venda de terrenos pela União

Moradores poderão comprar os imóveis com 25% de desconto sobre o valor de mercado. Plenários de Senado e Câmara ainda vão votar

FOI APROVADO ONTEM relatório do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) na comissão mista responsável pela análise prévia da medida provisória (MP) que regulamenta a venda de imóveis e terrenos da União. O texto, na forma de projeto de lei de conversão (PLV), segue agora para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 691/2015 estabelece que os imóveis e terrenos da União podem ser adquiridos pelos atuais moradores com desconto de 25% sobre o valor de mercado e passam para o domínio pleno do comprador. O abatimento para quitação dos terrenos de marinha será mantido por um ano a partir da data de inclusão da área na lista dos imóveis à venda. A relação será divulgada em portaria do Ministério do Planejamento, sem necessidade de autorização do Congresso Nacional para a comercialização dos bens.

A medida tem o objetivo de gerar receita para a formação de fundos da União e integra o ajuste fiscal do governo. O texto define as regras para gestão, administração e transferência

de imóveis federais, inclusive de autarquias e fundações, e abrange, além dos terrenos de marinha, imóveis como prédios, terrenos urbanos e galpões.

O relator suprimiu a parte do texto que trata das benfeitorias depois que os servidores do Executivo asseguraram que não existem melhorias custeadas pela União nos imóveis a serem alienados.

Também foi elaborada nova redação para restringir a divulgação do imóveis à venda somente aos administrados pela Secretaria de Patrimônio da União, bem como para permitir prazo razoável para a disponibilização na internet.

Foram apresentadas 131 emendas à MP. Algumas acolhidas a princípio pelo relator foram retiradas após pedido de vista dos integrantes da comissão, restabelecendo o texto original. É o caso de artigo que autoriza a União a contratar a Caixa Econômica Federal para executar ações necessárias ao processo de alienação dos imóveis.

Foi suprimida, ainda, emenda que tornava obrigatória a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de

Previdência Social para o patrimônio da União.

## Marinha

Nos terrenos de marinha, também envolvidos pela MP, a população é impossibilitada de obter o domínio pleno dos imóveis e sujeita ao pagamento de taxas como foro e laudêmio.

A medida previa a alienação desses terrenos, desde que em áreas urbanas de municípios com mais de 100 mil habitantes, fora da faixa de segurança. No relatório foi restabelecida a proibição da venda de terrenos de marinha situados em área de preservação permanente ou em área onde não seja permitido o parcelamento do solo, como terrenos sujeitos a alagamento.

Também foi autorizada a inclusão de imóveis situados em municípios com menos de 100 mil habitantes, desde que tenham plano diretor e plano de intervenção urbanística ou de gestão integrada aprovados. Foi firmado ainda acordo para repasse aos municípios de percentual da receita com foros, laudêmios e taxas de ocupação.

## Amorim cobra que governo enfrente problemas atuais

Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou que as crises política, moral e econômica tenham paralisado o país, sem que o governo tome qualquer providência para enfrentar esse cenário.

As consequências, avaliou o senador, são o aumento do desemprego e do número de greves e a redução da produção industrial.

— O governo precisa agir rápido e de maneira responsável. Não se trata de formular propostas fora dos limites institucionais, mas propostas efetivamente capazes de levar o país de volta aos trilhos.

Segundo ele, a situação dos estados é pior. Em Sergipe, disse, o salário de servidores está sendo parcelado.



Genildo Magalhães/Agência Senado

## Bauer: "Dilma finge que crise econômica não é com ela"

Paulo Bauer (PSDB-SC) reclamou da imobilidade do governo para conter os efeitos da crise econômica. Segundo ele, a dificuldade é tão grande que, em vários municípios catarinenses, os prefeitos anunciam redução dos próprios salários e corte de investimentos devido à queda da arrecadação.

O mesmo, disse, acontece no setor industrial, que tem estocado a produção e dispensado funcionários.

— A preocupação que nós temos é pela falta de posição do governo. A presidente da República faz de conta que o problema econômico não é com ela. E o problema qual é? Deficit público. Porque gasta mal.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Aprovada pela comissão, a medida provisória que autoriza venda de terrenos de marinha busca gerar receita para a União e auxiliar no ajuste fiscal

## Senadores farão diligência em áreas atingidas por rompimento de barragens

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ratificou ontem a decisão da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração de promover diligência sobre o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG).

Os senadores querem saber quais são as providências que estão sendo tomadas pelos órgãos públicos e pela empresa responsável pelas barragens. Além de visitar o município mineiro, eles também vão discutir a situação em audiência pública em Brasília. As datas das duas ações ainda não foram definidas.

A proposta da diligência, apresentada pelo senador Wilder Morais (PP-GO), foi aprovada pela subcomissão na terça-feira, durante audiência pública em que representantes do setor de minerais usados na construção civil discutiram questões como

desoneração, desburocratização e garantia de segurança jurídica para a atividade e defenderam a elaboração do novo código de mineração.

Por uma questão regimental, o requerimento da subcomissão teve que ser ratificado pela Comissão de Infraestrutura. Ao justificar a propos-

ta, Wilder Morais, que é presidente da Subcomissão de Mineração, afirmou que tanto a diligência quanto a audiência podem auxiliar na prevenção de novos acidentes, permitindo que a população tenha mais segurança e fiscalizando mais as mineradoras.

A audiência pública deverá contar

com a presença de representantes da mineradora Samarco, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília.

No dia 5 de novembro, 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram comunidades do município de Mariana (MG), após o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, da mineradora Samarco. Os distritos de Bento Rodrigues e Camargos foram os mais afetados, mas a lama já chegou a municípios do leste de Minas Gerais e do Espírito Santo ao atingir o vale do Rio Doce, o que comprometeu a captação de água para o abastecimento de cidades dos dois estados. Segundo dados oficiais, pelo menos 6 pessoas morreram e 21 estão desaparecidas.



Antonio Cruz/ABr

Entre outros objetivos, a diligência pretende prevenir que acidentes como o de Mariana ocorram



# Tráfico de drogas é responsável por mais da metade das mortes de jovens

Secretários de Segurança do Ceará e da Bahia alertam à CPI para o consumo de crack e a interiorização da violência relacionada às drogas

OS SECRETÁRIOS DE Segurança Pública do Ceará e da Bahia informaram ontem à CPI do Assassinato de Jovens que as mortes estão cada vez mais relacionadas às drogas, especialmente ao crack. No Ceará, em sete de cada dez homicídios há o envolvimento de tóxicos. Na Bahia, o tráfico é responsável por quase seis de cada dez assassinatos.

Se antes, de acordo com as autoridades, as maiores ocorrências eram de apreensão de maconha, hoje são de derivados de cocaína. Uma pedra de crack, por exemplo, custa menos que R\$ 10.

Outra consequência do tráfico de drogas, de acordo com o secretário de Segurança da Bahia, Maurício Barbosa, é a migração da violência para os municípios do interior. Há pouco tempo, segundo ele, 80% das ocorrências policiais concentravam-se em 20 municípios baianos. Hoje, estão espalhadas por 40 municípios.

— A violência tem migrado para cidades onde não há uma infraestrutura de segurança, do Judiciário, do Ministério Público e muito menos políticas públicas responsáveis pela retirada de jovens e de outras pessoas do mundo do crime — informou Maurício.

O relator da CPI, Lindbergh Farias (PT-RJ), comparou a política brasileira de combate às drogas à prática de “enxugar



Entre os secretários de Segurança do Ceará (E) e da Bahia, Lídice defendeu o controle financeiro do mercado de drogas

gelo”. Lindbergh admite que esse não é um diálogo fácil a travar com a sociedade, mas disse que as normas atuais causam mortes de policiais, de inocentes e de jovens.

— Vai chegar a um ponto em que teremos que ampliar a discussão sobre o papel das drogas e como desarmar esse conflito. Pode ser uma discussão sobre a legalização e com campanhas fortes contra o consumo, além de políticas de saúde pública — afirmou.

A presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), defendeu mudanças na legislação. Segundo ela, a continuidade da atual política de combate às drogas leva a um processo sem fim de realimentação da violência.

— A lógica das drogas não se baseia na vontade ou na bondade de um ou de ou-

tro. Ela se baseia nas leis de mercado. É uma economia paralela. Precisamos aprofundar os caminhos para chegar ao controle financeiro desse mercado — defendeu Lídice.

## Violência

Os secretários confirmaram à CPI informação, já divulgada pelo *Mapa da Violência 2015*, de aumento dos casos de vítimas fatais de armas de fogo na Bahia e no Ceará. Segundo o mapa, entre 2002 e 2012, as ocorrências aumentaram 133,4% na Bahia e 245% no Ceará. Mas, entre 2014 e 2015, houve queda no número desse tipo de homicídio.

O secretário de Segurança Pública do Ceará, Delci Carlos Teixeira, assegurou que os índices de criminalidade estão 10,2% menores neste ano do que em 2014, devido a ações

integradas entre polícias, bombeiros e autoridades públicas. Para ele, a polícia, sozinha, não dá conta de coibir a violência.

— São necessárias ações do governo para recuperar praças e melhorar a iluminação pública para que a população possa voltar às ruas. Temos que colocar esses jovens nas escolas em tempo integral, com espaço para lazer e para prática de esportes no período noturno — disse.

De acordo com Teixeira, 1.380 jovens entre 12 e 24 anos foram assassinados no Ceará em 2015. Do total, 1.322 eram do sexo masculino. No ano passado, foram 1.601 homicídios. Na Bahia, há registro de 37,4 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Na Região Nordeste, a média é de 38 assassinatos para o mesmo grupo de 100 mil pessoas.

## Humberto: ação de caminhoneiros visa derrubar presidente

O líder do PT, Humberto Costa (PE), manifestou apoio à medida provisória que visa pôr fim ao movimento dos caminhoneiros em vários estados do Brasil.

A MP 699/2015 altera o Código de Trânsito, tornando infração gravíssima usar veículo para perturbar a circulação. A medida determina multas maiores, suspensão do direito de dirigir por 12 meses e apreensão dos veículos. Segundo Humberto, o movimento dos caminhoneiros foi feito “com o propósito de derrubar a presidente da República”.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Alvaro condena MP que aumenta multas por bloqueio de vias

Alvaro Dias (PSDB-PR) atacou em Plenário a medida provisória que aumenta as multas a caminhoneiros. Para ele, a norma é uma afronta à inteligência e ao bom senso e objetiva usar as multas de trânsito para reprimir movimentos de oposição à presidente Dilma.

O senador perguntou se, confrontada com indígenas e sem-terra que bloqueiam estradas, Dilma também editaria MP para multá-los.

— Essas multas representarão o confisco do seu capital de trabalho e o confisco do patrimônio do trabalhador — criticou.



Waldemir Barrero/Agência Senado

## Fumo pode ser proibido em parques e estádios

O consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos e produtos semelhantes pode ser proibido nos parques infantis e espaços usados para a prática desportiva profissional ou amadora, sejam eles abertos ou fechados.

A medida é prevista em projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 344/2013, do ex-senador

Paulo Davim, amplia o rol de restrições da Lei Antifumo (Lei 9.294/1996). A proposta ainda será votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final: se aprovada, seguirá diretamente à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário.

Na justificativa, o autor afirmou que o objetivo é impedir que as crianças fiquem

expostas aos efeitos maléficos dos produtos fumíferos e preservar a saúde dos praticantes de esportes e frequentadores de espetáculos em ginásios e estádios.

Manifestando-se pela aprovação, o relator, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que o projeto ainda é útil para evitar que, em decorrência da presença de adultos fumando ao redor, as crianças sejam também

estimuladas ao uso de cigarro.

Paim observa que, por isso mesmo, a propaganda de cigarros já foi abolida dos meios de comunicação.

O senador acatou emenda aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) definindo como parques infantis os playgrounds ou áreas dotadas de brinquedos dedicadas ao entretenimento de crianças.

## Comissão fará debate sobre 25 anos do Mercosul

A avaliação dos 25 anos de existência do Mercado Comum do Sul (Mercosul) é o tema da audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) faz amanhã, às 10h. O debate foi solicitado pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Lasier Martins (PDT-RS) e Ana Amélia (PP-RS).

Foram convidados o presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fede-

ração das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rubens Barbosa; o economista Roberto Giannetti da Fonseca; e Regis Arslanian, sócio da consultoria GO Associados.

O bloco completará 25 anos em 2016. O marco do Mercosul é o chamado Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991. Esse documento fixou como objetivos a livre circulação de bens e serviços, a união aduaneira mediante adoção de

tarifa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas e a harmonização de legislações.

Os senadores que solicitaram a audiência afirmam que o processo de integração “ainda enfrenta enormes dificuldades para alcançar os objetivos originalmente fixados”. A livre circulação de bens ainda é uma utopia, tendo em vista as barreiras ao comércio impostas notadamente pela Argentina,

em prejuízo das exportações brasileiras, argumentam.

Após o debate, a CRE avalia pauta com seis itens. Serão apresentados relatórios sobre as indicações de Antônio José Rezende de Castro para cargo de embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas e de Flávio Soares Damico para embaixador em Cingapura.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Gerardo Magela/Agência Senado

## Cássio afirma que governo do PT não sabe ouvir críticas

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse ontem que o governo do PT não consegue conviver com a crítica.

O senador condenou a edição da MP 699/2015, que traz punições contra o bloqueio de estradas por caminhoneiros.

— A medida provisória revela a face autoritária do governo do PT, que acha que o MST pode bloquear as estradas porque é um braço do partido. Mas trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, mas estão indignados, não podem — disse.



Uma medida provisória e três projetos de lei que serão enviados à Câmara integram a Agenda Brasil, que visa melhorar o ambiente de negócios no país, equilibrar as contas públicas e garantir proteção aos trabalhadores

# Senadores aprovam quatro propostas para melhorar economia

## AGENDA BRASIL

O Senado aprovou ontem mais quatro projetos da Agenda Brasil — conjunto de propostas organizado pela Casa em busca da retomada do crescimento econômico.

Um deles, a MP 685/2015, recebeu modificações no Plenário e voltará à Câmara. A medida visa reduzir os litígios entre empresas e Receita Federal.

Outros três também seguirão para os deputados depois de terem passado em votação final na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, encarregada de avaliar todas as propostas da Agenda Brasil.

São eles o PLS 613/2015, que trata da adição de biodiesel ao óleo diesel; o PLS 103/2015, que incentiva o empreendedorismo do jovem do campo; e o

PLS 397/2015, que regulamenta a negociação coletiva de trabalho na administração pública.

Já o PLS 183/2015, que permite a estados e municípios o uso de depósitos judiciais em andamento, foi aprovado, mas terá de passar por um segundo turno de votação na comissão.

O colegiado começou a analisar o PLS 654/2015, que agiliza o licenciamento ambiental para obras de infraestrutura, e o PLS 187/2012, que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a reciclagem.

O grupo decidiu retirar da pauta de ontem o PLS 189/2014, sobre recursos da União para a saúde; o PLS 203/2014, que trata da manifestação de interesse da iniciativa privada; e o PLS 313/2011, que regulamenta a destinação dos recursos de premiação das loterias federais não procurados pelos vencedores.

## Prazo para licenciamento ambiental poderá ser reduzido

Projeto que cria o licenciamento ambiental especial teve a análise iniciada ontem pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. A proposta visa agilizar o procedimento administrativo destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável nacional. Segundo o autor, Romero Jucá (PMDB-RR), o tempo de liberação poderá ser reduzido de cinco anos para oito meses.

Na justificativa do projeto (PLS 654/2015), Jucá lamenta “a morosidade dos órgãos ambientais”. Ele chega a apontar a atual forma de licenciamento ambiental como o vilão do atraso dos investimentos no país.

A nova norma deverá alcançar empreendimentos como sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos e obras de telecomunicações e energia.

Jucá propõe o licenciamento ambiental integrado, célere e eficaz, com emissão de uma licença única, sem esquecer a preocupação com os impactos ambientais e as medidas compensatórias devidas.

O senador destacou que o licenciamento normal é feito em três fases e, em alguns casos, pode levar até cinco anos. Pelo projeto, o prazo pode ser redu-



Segundo Jucá, tempo do procedimento, que é de até 5 anos, pode cair para 8 meses

zido para cerca de oito meses. — O projeto prevê uma sistemática especial em questões de investimentos estratégicos em nosso país. Um decreto do Executivo vai classificar esses projetos como estratégicos.

A proposta prevê ainda a criação de um comitê específico para cada empreendimento, composto pelos órgãos relacionados ao licenciamento ambiental.

### Excesso de regras

De acordo com o relator da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), estudos do Banco Mundial e do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam que há excesso de regras e burocracia em torno do licenciamento ambiental no Brasil. O projeto de Jucá poderia, segundo Blairo, dar maior celeridade e eficiência ao processo.

— É uma matéria importante, que vai mudar, e muito, as relações do licenciamento ambiental — disse Blairo.

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), elogiou a iniciativa e disse que o Brasil não pode dar certo “com tanta burocracia”. Para José Serra, o projeto é “preciso e brilhante”. Na visão de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o texto é um avanço e “um grande passo” para a modernização do país.

Já Paulo Rocha (PT-PA) e Simone Tebet (PMDB-MS) reconheceram a importância da proposta, mas expressaram preocupação com questões como o estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ambiental (RIMA). Assim, foi concedida vista coletiva e o projeto voltará à pauta na próxima reunião.



Otto Alencar, presidente da comissão, coordena debate sobre texto de Blairo que eleva para 10% adição de óleo vegetal a diesel

## Percentual de biodiesel em óleo diesel deve aumentar

Uma das propostas da Agenda Brasil aprovadas ontem pela Comissão do Desenvolvimento Nacional foi o Projeto de Lei do Senado (PLS) 613/2015, que trata da adição de biodiesel ao óleo diesel.

O autor, Donizeti Nogueira (PT-TO), observa que a legislação estabelece como obrigatória a adição de 7% de biodiesel ao óleo diesel. O projeto determina que a mistura chegue progressivamente a 10% do óleo de origem vegetal em até três anos. Blairo Maggi (PR-MT) sugeriu que, depois de testes em motores, seja autorizada adição de até 15% de biodiesel ao óleo diesel.

— É um projeto que trata de energia alternativa e barata. O

biodiesel tem dado vantagens a setores da agricultura, evitando a importação de óleo diesel. Ganham o meio ambiente, os produtores e o país — disse. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou a emenda de Blairo e destacou que o biodiesel de soja chega a poluir 70% menos em relação ao diesel fóssil. Ele também disse que a proposta é importante do ponto de vista econômico, já que a produção de biodiesel pode aumentar a renda dos produtores.

— Muitos são os fatores que colaboram para o aumento do percentual do biodiesel previsto no projeto, mas dois deles merecem destaque: o econômico e o ambiental — afirmou Raupp.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Serra (PSBD-SP) elogiaram a iniciativa de Donizeti. Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou que o projeto tem o mérito de ajudar o Brasil “durante e depois da crise”. O texto foi aprovado por unanimidade e agora segue para a análise da Câmara.

A comissão também aprovou o PLS 103/2015, que incentiva o empreendedorismo do jovem do campo. O projeto já havia sido aprovado na reunião de 28 de outubro. Por se tratar de substitutivo, no entanto, o texto passou por um turno suplementar de votação e agora segue para análise da Câmara.

## Texto regula negociação coletiva na administração pública

Segue para a análise da Câmara dos Deputados projeto do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. A proposta (PLS 397/2015) integra a Agenda Brasil, considerada prioritária na pauta do Senado.

De acordo com o texto, aprovado ontem pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, os servidores e empregados públicos poderão, por meio da negociação coletiva mediada por sindicatos,

tratar com representantes do Estado questões relativas a planos de carreira, padrões remuneratórios, condições de trabalho, aposentadoria, planos de saúde e política de recursos humanos, entre outras.

Na avaliação de Anastasia, a adoção da negociação coletiva pela administração pública contribuirá para a modernização e a democratização das relações entre o Estado e os servidores.

O relator, senador Douglas Cintra (PTB-PE), elogiou o

projeto. Ele lembrou que na reunião de 28 de outubro foi aprovado pedido de vista coletiva e acrescentou que foram feitos pequenos ajustes no texto, depois de sugestões de entidades sindicais. Cintra ainda destacou que a proposta também pode reduzir a carga de ações no Judiciário.

— O projeto significará importante avanço na relação entre o Estado e seus servidores, permitindo a democratização e reduzindo os eventuais conflitos dela decorrentes — afirmou Cintra.



Flexa Ribeiro e Anastasia, observados por Douglas Cintra, se cumprimentam na Comissão do Desenvolvimento Nacional

## MP que desestimula disputa judicial com Receita volta aos deputados

Os senadores aprovaram ontem a Medida Provisória (MP) 685/2015 (PLV 22/2015) que cria o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit). O programa terá por objetivo desestimular disputas judiciais entre empresas e a Receita Federal. A proposta integra o eixo Equilíbrio Fiscal da Agenda Brasil.

A MP, que recebeu 215 emendas, foi inicialmente aprovada pela comissão mista na forma do substitutivo do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas a Câmara aprovou texto diferente. Ontem, a versão aprovada pelos senadores foi a de Tasso. Assim, terá de voltar para revisão da Câmara.

Além de estimular o devedor a desistir de processos administrativos ou judiciais sobre débitos tributários, a medida provisória autoriza o Executivo a atualizar taxas federais, entre elas a de registro de armas de fogo, de fiscalização de vigilância sanitária e de fiscalização de aviação civil. Segundo o governo, algumas dessas taxas estão há 17 anos sem correção.

De acordo com Tasso, o Prorelit será um instrumento interessante tanto para o governo quanto para as empresas, que terão de optar por aderir ou não



Renan (C) preside a sessão que aprovou programa de redução de litígios: governo espera aumentar arrecadação tributária

ao programa. João Capiberibe (PSB-AP), Delcídio do Amaral (PT-MS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Reguffe (PDT-DF) também participaram dos debates.

A MP permite a quitação de débitos tributários com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e que sejam objeto de questionamento administrativo ou judicial. Para aderir ao Prorelit, o contribuinte tem que desistir de impugnações,

recursos administrativos ou ações judiciais cujos objetos sejam débitos a ser incluídos no programa.

O contribuinte deverá pagar em espécie pelo menos 43% do total do débito até o último dia útil do mês da opção. Para quitar o valor restante (57% do débito), poderão ser usados créditos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de

2013 e declarados até 30 de junho de 2015.

Com a medida, o governo espera aumentar a arrecadação tributária ainda neste ano. Segundo dados da Receita Federal, dos mais de 35,4 mil contribuintes com dívidas em contencioso administrativo ou judicial, 28,4 mil (80%) têm créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) ou base de cálculo negativa da CSLL para quitação de 57% do passivo tributário.

## Em primeiro turno, comissão aprova novas regras para uso de depósitos judiciais

A Comissão do Desenvolvimento Nacional aprovou o substitutivo ao projeto que permite aos estados e municípios o uso dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento. O PLS 183/2015 faz parte da Agenda Brasil.

José Serra, autor do projeto original, disse que os valores depositados na rede bancária referentes a litígios judiciais e administrativos em andamento constituem uma importante receita em potencial. O reconhecimento de parte desses valores como receita corrente, argumenta ele, é uma forma de aumentar a arrecadação a um custo baixo. A alternativa seria captar recursos no mercado a juros relativamente altos por meio de operações de crédito internas e externas.

O relator da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), apresentou substitutivo porque o texto original de Serra foi aproveitado no PLC 15/2015, já sancionado (Lei Complementar 151/2015).

No entanto, foram vetados os dispositivos que estabeleciam prazo máximo de transferência dos recursos dos depósitos para estados e municípios. O texto inicial previa que a transferência do estoque deveria ocorrer em até 15 dias, contados a partir da data de assinatura do termo de



José Serra é autor do projeto original, que sofreu vetos quando foi sancionado

compromisso. Para os novos depósitos, as transferências deveriam ocorrer até dez dias após a data de cada um deles. Para Blairo, os vetos retiraram parte da eficácia da proposta. Sem a definição de prazos, a obrigatoriedade da transferência de valores ficou prejudicada, pois a verba pode ficar retida por tempo indeterminado nas instituições depositárias.

No substitutivo, Blairo propôs, em vez do prazo de 15 dias vetado, 45 dias para que sejam transferidos os valores equivalentes a 70% dos saldos dos depósitos da administração direta e indireta, exceto nos casos em que figurem como parte as estatais não dependentes. A intenção é incorporar o tempo necessário para os bancos desenvolverem

a tecnologia necessária para realizar as transferências. Já para os novos depósitos, foi mantido o prazo de dez dias.

— Os bancos, na verdade, querem ficar com o dinheiro. O projeto é uma forma de dar fôlego aos estados e municípios. Trata-se de uma proposição imprescindível para que os efeitos pretendidos pela Lei 151/2015 sejam efetivamente verificados — disse.

### Dados atualizados

Outras alterações feitas por Blairo estabelecem a obrigação de o governo manter atualizados, nas instituições financeiras, os dados necessários para as transferências e a previsão de que todos os órgãos da administração direta e indireta seguirão as regras do projeto.

O substitutivo também determina que os presidentes de tribunal e de instituição financeira oficial que não cumprirem o disposto na legislação serão responsabilizados administrativa e civilmente e deverão responder ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O texto obriga as instituições financeiras a informarem ao ente federado, mensalmente, o saldo atualizado dos depósitos judiciais em que ele é parte.

O presidente da comissão, Otto Alencar, lembrou que o substitutivo ainda será submetido a um turno de votação suplementar.

Segundo Serra, apenas Santa Catarina, Goiás e Bahia conseguiram até agora acessar uma parte substancial dos recursos disponíveis. Ele apontou que os bancos e os tribunais resistem à “aplicação rápida” dessa medida, por causa dos juros que os bancos podem ganhar e de um percentual a que os tribunais têm direito sobre o valor dos depósitos judiciais. O senador destacou que a proposta não cria déficit e pode ajudar nas finanças públicas.

— O projeto pode resolver demandas e pendências. Aqui temos as condições necessárias e suficientes para ordenar esse processo. Os estados e municípios precisam de recursos com urgência — declarou.





Bezerra (C), que presidiu a audiência, diz que base é um passo importante para melhorar desempenho educacional do país

## Debate destaca importância de discutir base curricular

Proposta preliminar do MEC para currículo nacional comum da educação básica foi avaliada em audiência. Para debatedores, a sociedade, em especial os professores, deve participar da construção

A PROPOSTA PRELIMINAR do Ministério da Educação (MEC) para a Base Nacional Comum Curricular (BNC), que unifica as bases do processo educativo das escolas brasileiras, foi discutida ontem em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Convidados e senadores elogiaram o texto e ressaltaram sua importância, mas pediram a participação de todos no debate.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que presidiu a reunião. Para ele, a discussão e formulação de uma base curricular única representa um importante passo para a melhoria dos indicadores educacionais do país.

— Estamos diante de uma grande oportunidade para identificar e definir as melhores políticas públicas que possam permitir à educação ser o instrumento de transformação real da sociedade brasileira — afirmou o senador.

O texto debatido pelos se-

nadores e convidados na audiência foi proposto pelo MEC em setembro e está disponível para consulta pública na internet até 15 de dezembro. Após esse prazo, será avaliado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que deve emitir parecer até junho de 2016.

O objetivo da BNC é apontar o que todo estudante brasileiro precisa aprender, da educação infantil até o ensino médio. Pelo menos 60% do currículo das 190 mil escolas públicas de ensino básico em todo o país deve ser padronizado.

### Fator de equidade

Durante o debate, a secretária-executiva do Movimento pela Base Nacional Comum, Alice Ribeiro, ressaltou que existem lacunas entre o ensino das diferentes escolas, cidades e regiões do país. Para ela, é preciso haver uma base curricular para oferecer aos estudantes o acesso a um conjunto essencial de aprendizagem.

— É um fator de equidade muito grande para a educação nacional. Essa é uma das principais razões por que a gente

acredita que a criação de um documento como esse traz um norte claro importantíssimo para o país como um todo e para um realinhamento do sistema educacional brasileiro.

A mobilização da sociedade, em especial dos professores, para participar da construção da base curricular comum é uma preocupação da senadora Regina Sousa (PT-PI). Ela advertiu que, normalmente, há acomodação e se considera que a proposta do MEC é boa.

— Acho que o grande desafio é fazer chegar essa discussão na escola. E aí tem que ter o engajamento das secretarias de educação municipais, estaduais para pautar. Os cursos de formação continuada têm que ser pautados. Precisa ter todo esse cuidado do MEC.

O representante do MEC, Élsio Corá, pediu que a sociedade participe da construção da base, especialmente os professores:

— Que divulguem nas suas redes, é muito importante que a gente participe de maneira expressiva nesse debate, com sugestões ao texto preliminar.

## Mais duas sugestões de jovens senadores viram projetos de lei

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem duas sugestões de projeto de lei originárias do Projeto Jovem Senador, ambas procurando fortalecer o sistema educacional. A SUG 21/2014 determina que a educação seja assegurada em escolas de tempo integral, com jornada mínima de oito horas diárias. Já a SUG 5/2013 altera a destinação dos royalties do petróleo, reservando 80% das receitas à educação e privilegiando a educação básica e o ensino técnico profissionalizante.

As sugestões agora serão convertidas em projeto de lei de iniciativa da CDH, passando a tramitar regularmente no Senado. Pelo teor, será necessária pelo menos a avaliação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), mas podem ser distribuídas para outras comissões temáticas.

A SUG 21/2014, relatada por Dário Berger (PMDB-SC) na CDH, foi apresentada pelos estudantes Ana Paula Mendes de Oliveira Medrado, Elide Andressa de Andrade Rodrigues Severo, Maria Caroline

da Silva Wiciuk, Nataly Gonzaga Prestes e Mateus Valle Sotani de Souza. Decorreu de proposição aprovada na 3ª edição do Projeto Jovem Senador. Na justificativa, os jovens senadores salientam “a importância da educação integral para a formação de estudantes críticos e agentes de transformação social, na medida em que contribui para a formação integral do ser humano, que adquire conhecimentos que ultrapassam a estrutura escolar”.

A sugestão sobre royalties para a educação foi relatada por João Capiberibe (PSB-AP), também com voto favorável à aprovação. Foi apresentada por Angélica Mendes, Diêgo Sousa, Brenna Bittencourt e Daniel Garcia na 2ª edição do Jovem Senador. O texto determinava que 30% dos recursos seriam aplicados no ensino profissionalizante. Uma emenda durante a tramitação no próprio programa elevou esse percentual para 35%. Pelo projeto, os percentuais serão reavaliados no prazo de dez anos a partir da publicação da lei que está sendo proposta.

## Percentual das loterias pode ser destinado a Apaes e Pestalozzi

Parcela correspondente a 1% da arrecadação bruta das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal pode ser destinada mensalmente para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e para as Associações Pestalozzi.

É o que determina o PLS 506/2015, de Romário (PSB-RJ), aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. Segundo Romário, apesar de haver obrigação legal de

repassar de parte da arrecadação bruta das loterias a aplicações de caráter social e de assistência médica, as Apaes receberam R\$ 366 mil em 2013, “um valor pequeno diante do serviço que prestam estas instituições”.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), diz que a falta de recursos para manter essas associações tem se agravado. “Os prejuízos são significativos para todos os que participam de suas rotinas, principalmente devido à falta de profissionais nas diferentes frentes de trabalho”, enfatiza.

## Fátima defende medidas legislativas em favor da educação pública

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) registrou a realização de um ato no Senado ontem em defesa da educação pública. Promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a manifestação reuniu mais de 500 professores e teve como mote a mensagem “Parlamentar, tome partido”.

— Eles pedem que nós tomemos partido, por exemplo, pela manutenção do critério de reajuste do piso do magistério, de acordo com a Lei 11.738. Eles pedem que a gente tome partido contra a Lei da Mordada, que é o Projeto de Lei da Câmara 86/2015, de autoria do deputado Izalci (PSDB-DF). Eles pedem que o Congresso Nacional tome partido contra a terceirização. Eles pedem também que a gente tome partido pela aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional — resumiu a senadora em pronunciamento no Plenário.



Genildo Migeiro/Agência Senado

## Vanessa Grazziotin diz que Ibama retirará embargo a obras na BR-319

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a bancada parlamentar de sua região pelo esforço para reiniciar as obras de manutenção da rodovia BR-319, atualmente embargadas pelo Ibama. Ela afirmou que essa estrada é a única ligação rodoviária do Amazonas com o resto do país e sua manutenção é indispensável para garantir a segurança dos usuários.

Vanessa Grazziotin mencionou o debate no Senado com representantes do Ibama, do Dnit e da Funai e a visita de parlamentares à BR-319. Na opinião da senadora, a realidade está distante do “dramático” relatório do Ibama, e os focos de desmatamento não estão relacionados com a rodovia.

Segundo Vanessa Grazziotin, a presidente do Ibama, Marilene Ramos, prontificou-se a retirar o embargo mediante derrubada da liminar que paralisa as obras.



Genildo Migeiro/Agência Senado

## João Capiberibe pede reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática

João Capiberibe (PSB-AP) pediu que os integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovem indicação para que o governo brasileiro reconheça a independência da República Árabe Saaraui Democrática, conhecida como Saara Ocidental, região da África Setentrional.

Segundo o senador, 80 países já reconheceram a independência, mas o Brasil ainda não adotou essa postura, exigindo dos diplomatas desse país visto de turista para entrar no Brasil.

— Vários países da América do Sul reconheceram o Estado Saaraui e o Brasil não reconhece. Eu acho isso uma falta de identidade com a liberdade e a autodeterminação dos povos. O Saara Ocidental não conta com representação na Organização das Nações Unidas. Isso faz com que o povo saaraui pertença a um estado sem território e sofra com a indefinição.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Racismo na internet pode se tornar crime

Projeto aprovado na CDH prevê pena de reclusão para quem divulgar na rede conteúdo, inclusive por mensagem privada, que incite discriminação por raça, cor, etnia ou religião

A VEICULAÇÃO DE informações que induzam ou incitem a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional na internet deverá se tornar crime com pena de um a três anos de reclusão e multa. É o que prevê projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLS 518/2015), que seguirá agora para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), atribui ao juiz o poder de determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, a interdição das mensagens ou páginas que veiculem o conteúdo ilícito.

Ao justificar a iniciativa, Paim argumenta que a internet tem sido usada para a publicação de material racista, para propagação de discurso de ódio e para a disseminação de preconceito “em atitudes que extrapolam, nitidamente, a liberdade de expressão e de opinião, causando prejuízos reais às suas vítimas”.

O relator, Telmário Mota (PDT-RR), é favorável à proposta. O senador destaca que o projeto elimina questionamentos sobre o aumento da pena para o agente que divulgar conteúdo discriminatório ou preconceituoso na internet, inclusive por mensagens privadas.



Ao lado de Ana Amélia, Paim, autor do texto, diz que internet tem sido usada para disseminar discurso de ódio e preconceito

## Texto prevê uso de praia para projeto de acessibilidade

Solicitações de utilização de áreas de praia para o desenvolvimento de projetos de acessibilidade destinados ao uso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem passar a receber atendimento prioritário pelas instituições públicas responsáveis. É o que estabelece substitutivo de Romário (PSB-RJ) a projeto de lei (PLS 4/2014) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A prioridade para a análise, seja nas prefeituras ou, posteriormente, pela Secretária do Patrimônio da União (SPU) se aplicará a projetos de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Ainda pelo substitutivo, podem ser instalados nos espaços cedidos, por tempo determinado, módulos com fundações superficiais que cubram área de até 100 metros quadrados.

O projeto, que agora seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O texto original propõe transferir aos municípios a disciplina do uso de praias para projetos de acessibilidade voltados às

pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Como as praias são bens da União, o uso está sujeito também à autorização da SPU. Ocorre que, segundo Ferraço, os processos administrativos de autorização de uso são muito demorados. Seriam incompatíveis com solicitações para desenvolvimento de projetos temporários.

Ferraço citou como exemplo bem-sucedido projeto desenvolvido em Vila Velha, no Espírito Santo, na temporada de verão. O público com deficiência e redução de mobilidade contou com toda a infraestrutura para desfrutar de banho de mar, atividades de lazer e prática esportiva assistida, em área de praia caracterizada pelo mar calmo e poucas ondas.

Romário salienta que, em sua essência, concorda com a avaliação do autor de que a demora da SPU em finalizar os processos de permissão de uso das praias pode inviabilizar projetos dessa natureza, uma vez que um dos componentes principais é a “janela de oportunidade” para a instalação da estrutura necessária ao atendi-

mento do público, consistente no verão e no outono.

O senador observou, contudo, que havia um problema de juridicidade no projeto, uma vez que não cumpre a exigência de inovar o ordenamento jurídico. Segundo ele, a Lei 9.636/1998, que trata da gestão e alienação dos bens imóveis da União, já prevê a competência de estados e municípios para autorizar a permissão de uso de áreas específicas sob o domínio dessa esfera federativa.

Ainda avalia que, embora indesejável, a eventual demora do procedimento administrativo perante a SPU não justifica a supressão, por meio da lei proposta, da competência da União para avaliar se estão sendo observados os requisitos de utilização das praias por outras pessoas, ainda que por “motivos nobres”.

Para solucionar a questão, Romário optou pelo substitutivo, acrescentando à Lei 9.636/1998 a exigência de atendimento prioritário dos requerimentos de utilização de áreas de praia relacionados ao desenvolvimento de projetos de acessibilidade.

## Índio deve ter direito a nome de etnia em documentos pessoais

A população indígena poderá conquistar o direito de ter o nome de sua etnia nos registros pessoais. Projeto com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto (PLS 161/2015) vai agora à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para decisão final.

O projeto, de Telmário Mota (PDT-RR), assegura a qualquer indígena o direito a tal condição — assim como a indicação da etnia — expressa em certidões de nascimento e casamento e em carteira de identidade. Para isso, bastará requerer a inclusão, sem necessidade de comprovar a condição étnica por meio do registro expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Na justificativa, Telmário afirma que a aprovação da proposta vai corrigir “um grande aborrecimento cotidiano infligido aos indígenas”. Atualmente, observou, o índio precisa obter o Registro Administrativo de Nascimento Indígena, fornecido pela Funai.

“Isso representa muito mais do que um transtorno

burocrático aos indígenas, que necessitarão guardar e obter um documento específico para prova de sua condição. É, na verdade, um grave desrespeito às tradições e aos costumes dos indígenas, que sobervalorizam a identificação com base na etnia. É necessário remover essa barreira burocrática de agressão aos direitos da personalidade dos indígenas”, diz Telmário.

A proposta contou com avaliação favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR). Ela sugeriu a substituição dos termos “origem indígena”, constante do texto original, por “condição indígena”.

Para a relatora, de fato pode haver transtorno ao se obrigar um índio a carregar um documento específico, distinto dos documentos de identidade e registros que a maioria das pessoas leva consigo, para que possa exercer direitos relativos à sua condição étnica.

— É um ônus sutil que se impõe aos índios, desnecessariamente, pois bastaria inserir as informações sobre origem e etnia em seus documentos.

## Lasier Martins lamenta situação do sistema carcerário brasileiro

Lasier Martins (PDT-RS) expressou ontem preocupação com o sistema carcerário brasileiro. Ele disse que, no Rio Grande do Sul, os sentenciados estão sendo colocados diretamente do regime fechado para a rua, pois não há estabelecimentos suficientes para o cumprimento do regime semiaberto.



O senador lembrou que os 607 mil presos no país dividem 377 mil vagas nas penitenciárias e formam a quarta maior população carcerária do mundo.

— Esses números exorbitantes nos sugerem um estudo sociológico para saber por que ocorrem — disse.

## Jorge Viana propõe limite para o ICMS sobre combustível de aviação

Jorge Viana (PT-AC) apresentou projeto de resolução que propõe limite na cobrança de ICMS para combustível de aviação.

— Estão vinculados ao preço do combustível 40% dos custos das passagens aéreas. Em um país continental como o nosso, não é luxo andar de avião, é necessidade.



Viana disse que também apresentou proposta que regulamenta o orçamento impositivo (PEC 138/2015) e projeto prevendo que estados e municípios não possam ser punidos pela Lei da Responsabilidade Fiscal se o PIB cair mais que 1,5% (PLS 679/2015 — Complementar).

## Ângela comemora suspensão de reajuste na tarifa de luz em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) comemorou decisão da Justiça Federal pela suspensão, em liminar, do reajuste de 43% na tarifa de energia elétrica em Roraima.

A juíza, disse a senadora, argumentou que a tarifa não pode ser reajustada a ponto de inviabilizar o pagamento pelos usuários.



ela, a saída poderia vir da conclusão das obras que vão incluir Roraima no Sistema Interligado Nacional.

— O que cobramos é pressão na interligação, é melhoria no sistema.



# CPI do Futebol é prorrogada até junho de 2016

Comissão teve acesso a grande quantidade de material, como documentos sobre direitos de transmissão de campeonatos e organização das partidas da Seleção Brasileira

A CPI DO Futebol ganhou mais seis meses de prazo para investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Por meio de requerimento do presidente, Romário (PSB-RJ), os trabalhos da comissão foram prorrogados até junho de 2016. A decisão foi anunciada em Plenário ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

No início da tarde, Romário e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) haviam defendido a prorrogação da CPI, argumentando que a documentação obtida de órgãos nacionais e internacionais já justifica a concessão de mais tempo de trabalho para aprofundar as investigações.

— Será fundamental para que possamos fazer os levantamentos que são objeto desta comissão — disse Romário.

A CPI do Futebol tem como alvo negociações da CBF.

A comissão já conseguiu a quebra dos sigilos bancários e fiscais do atual presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e do ex-presidente José Maria Marin. Além disso, obteve documentos referentes a contratos de direitos de transmissão de campeonatos e de organização de partidas da Seleção Brasileira. Também teve acesso a investigações em curso sobre a entidade no Brasil e nos Estados Unidos.

Randolfe acredita que a análise de toda a documentação tornou a prorrogação da CPI uma medida inevitável.

— Encontramos o fio da meada do esquema criminoso que dirige o futebol brasileiro. Diante disso, temos que puxar o restante do novelo — disse o senador.

Na reunião de ontem, seriam votados 23 requerimentos de quebra de sigilos, referentes ao Comitê Organizador Local



Romário e Randolfe analisam documentos na CPI, que já conseguiu a quebra de sigilos bancários de Del Nero e Marin

da Copa de 2014 e a pessoas e empresas ligadas à CBF e a seus dirigentes. No entanto, por falta de quórum, a análise ficou para a semana que vem.

Devido à natureza de dez dos requerimentos, a primeira

parte da reunião será secreta. Após a votação deles, a apreciação dos demais 13 itens será aberta.

Romário informou que seis membros da CPI ainda não analisaram a documentação

já recebida pela comissão, o que é necessário para embasar os novos pedidos de quebra de sigilo.

Com o adiamento, explicou Romário, esses senadores terão mais prazo.

## Aprovado fim da cobrança por *roaming* de celular

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou ontem, em caráter terminativo, o PLS 85/2013, que extingue o adicional cobrado pelas empresas de telefonia celular pelo *roaming*, chamadas realizadas ou recebidas fora do estado de contratação da linha telefônica. A proposta será agora examinada pela Câmara dos Deputados.

No parecer favorável à proposta, o relator, Walter Pinheiro (PT-BA), defendeu o projeto como um passo importante para a redução das tarifas telefônicas do Brasil, país no qual, na avaliação dele, o preço da telefonia móvel ainda é muito alto.

— O projeto é uma das contribuições do Legislativo para baratear as ligações para os consumidores. Aqui no Brasil, o minuto do celular é um dos mais caros do mundo, principalmente para a camada da população que mais utiliza o celular. O Brasil tem mais de 270 milhões de celulares.

Desses, 80% são aparelhos pré-pagos, com o minuto mais caro. Para baratear as ligações, estamos vencendo, por etapas, com a adoção de medidas como a proposta aprovada hoje — afirmou.

### Cenário

Durante o encaminhamento da votação, Pinheiro lembrou que a extinção da cobrança acompanha um debate mundial, que prevê práticas para reduzir custos e simplificar processos dos serviços de telefonia contratados pelos consumidores.

— Essa é uma matéria que interfere nesse cenário de comunicação e acompanha um debate exaustivo que se trava no mundo inteiro para a eliminação de práticas como o *roaming*, por exemplo. Eu ainda tenho insistido com a Agência Nacional de Telecomunicações [Anatel] que a gente tem que avançar para simplificar o processo. Tenho até projeto nesta direção — lembrou Pinheiro, ao se

referir ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 333/2012, que torna opcional o uso dos dois dígitos da operadora de longa distância.

O senador explicou que a extinção da cobrança já tem sido objeto de análise de algumas operadoras e da própria Anatel.

— A cobrança do adicional por chamada é uma faculdade das prestadoras, que, a seu critério, podem não efetivá-la. De fato, as empresas têm comercializado planos de serviço que não preveem a cobrança extra, em especial quando as chamadas fora da área de registro do terminal são originadas ou terminadas dentro de sua própria rede. Importante registrar que a própria Anatel, como forma de estimular a redução dos preços praticados, já sinalizou a hipótese de extinguir o adicional por chamada, o que pode ser feito alterando-se o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal — alertou Walter Pinheiro.

## Trabalhador poderá usar FGTS na aquisição de imóvel para parentes

Três novas hipóteses para resgate, pelo trabalhador, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem ser incluídas na lei: o financiamento de imóvel para o pai ou para o filho; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, a seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a parente do titular que seja objeto de inventário. É o que prevê projeto de Donizeti Nogueira (PT-TO) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 337/2015 segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator na CAS, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que o FGTS foi criado exatamente como um instrumento de poupança institucionalizada, um mecanismo que permite ao trabalhador a formação de uma reserva para necessidades de grande relevância, como a aquisição da casa própria.

O senador elogiou a ideia de liberar o FGTS para aquisição de imóvel rural ou nos casos específicos de inventário.

— Referem-se à preservação dos bens da família, muitas vezes adquiridos com sacrifício, evitando a perda ou a alienação a terceiros em detrimento de um herdeiro que tenha o legítimo interesse na manutenção desse bem — afirmou.

### Galeria

No início dos trabalhos foi incluído o retrato de Waldemir Moka (PMDB-MS) na galeria de ex-presidentes do colegiado. Ele comandou a CAS no biênio 2013-2014.

— Ter sido presidente desta comissão foi o que mais realização pessoal me trouxe em minha carreira política. Ela é diferente, aqui é possível trabalhar em propostas que mexem diretamente com a vida das pessoas — disse o senador ao agradecer pela homenagem.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Governadores de cinco estados e do DF apresentaram o bloco formado para agir em cooperação, reivindicar em conjunto e promover os desenvolvimentos regional e nacional

# Consórcio Brasil Central tem apoio do Senado

OS GOVERNADORES RODRIGO Rollemberg (DF), Marconi Perillo (GO), Marcelo Miranda (TO), Reinaldo Azambuja (MS), Pedro Taques (MT) e Confúcio Moura (RO) receberam apoio dos senadores para o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, bloco econômico e político recém-criado pelos estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal e por Tocantins e Rondônia.

Em audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Rollemberg resumiu os propósitos do bloco.

— Construímos uma nova geografia política e uma nova forma de agir buscando cooperação entre unidades da Federação com muitas coisas em comum, no sentido de criar sinergia que possa ampliar o desenvolvimento regional e, a partir do desenvolvimento regional, promover o desenvol-

vimento nacional — explicou.

O consórcio tem natureza autárquica, com autonomia administrativa e financeira, receita e patrimônio próprios.

— A engenharia jurídica do consórcio é uma novidade, estamos fazendo história, pois falaremos em conjunto para que sejamos ouvidos, para reivindicar direitos constitucionais que não estão sendo atendidos — frisou Taques.

Autora do requerimento do debate, Simone Tebet (PMDB-MS) disse considerar que a mobilização dos governadores ajudará a equilibrar o pacto federativo, especialmente na relação com o governo federal.

— A União dizer não para um estado é muito fácil. Quero ver dizer não a Mato Grosso do Sul junto com Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Goiás e o DF, para 18 senadores e mais de 55 deputados federais — afirmou.

O debate na CDR ocorreu um dia depois da oficialização



Davi Alcolumbre (C) coordena debate com os governadores Confúcio, Taques, Perillo, Rollemberg, Azambuja e Miranda

do consórcio e da escolha de Marconi para presidente do bloco. O governador de Goiás pediu apoio dos senadores para o “federalismo cooperativo”.

— Agiremos de forma unida e vamos cooperar e não competir uns com os outros. Vamos deixar um legado para as nossas

populações — afirmou.

O bloco tem entre as prioridades a melhoria da qualidade da educação, a ampliação de parques tecnológicos, a melhoria de infraestrutura e logística e a ênfase na agricultura sustentável, capaz de crescer sem avançar sobre áreas de Cerrado preservadas.

## Riqueza

Os debatedores destacaram que os estados do consórcio têm vocação agropecuária e contribuem para a economia do país. Juntos, os cinco estados e o DF representam 25% do território nacional, geram 11,27% da riqueza do Brasil e reúnem 20 milhões de habitantes.

— Um em cada dez brasileiros mora na região central — observou Marcelo Miranda.

Para a realização dos objetivos do bloco, os governadores pediram apoio dos senadores para a convalidação de incentivos fiscais, na reforma do ICMS, evitando perdas para estados. O pleito foi apoiado por Lúcia Vânia (PSB-GO).

— É preciso que os governadores nos deem caminhos para regulamentarmos os incentivos

com mais transparência, para que sejam canalizados para atividades que realmente gerem retorno — observou a senadora.

Os governadores também querem uma melhor utilização dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Eles consideram que os investimentos feitos pelo fundo estão pulverizados e voltados a atividades convencionais, quando deveriam ser usados em projetos capazes de alavancar o desenvolvimento da região. Eles querem ter voz ativa na definição sobre a aplicação do FCO e pediram aos senadores mudança na legislação de forma a permitir que 50% dos recursos do fundo sejam destinados para investimentos em projetos públicos, de governos estaduais e municipais.

Apontado como idealizador do consórcio, o filósofo e ex-ministro Mangabeira Unger também participou do debate, destacando o ineditismo da iniciativa dos governadores e a contribuição da experiência para o aperfeiçoamento do pacto federativo.

## Bloco pede a votação de projetos do pacto federativo

Os seis governadores que aderiram ao Consórcio Brasil Central estiveram ontem também com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e pediram o compromisso de a Casa votar projetos ligados ao pacto federativo de interesse dos integrantes do bloco.

— Fomos extremamente bem recebidos na CDR e na Presidência do Senado. O consórcio nasce muito forte e com grande respaldo de deputados e senadores. Vamos continuar com uma agenda positiva para uma região que se desenvolve mais do que a média brasileira no produto interno bruto [PIB] e na geração de emprego — comentou o presidente do bloco, Marconi Perillo.

Rodrigo Rollemberg também confirmou a disposição de Renan em encaminhar uma pauta federativa de interesse da região.

— Estamos diante de algo novo: seis estados que se unem para cooperar entre si e que buscam o desenvolvimento sustentável da

região — ressaltou o governador do DF.

Na avaliação da senadora Lúcia Vânia, que esteve junto aos governadores na visita a Renan, o bloco é importante por consolidar a força política da região central do país.

— Um consórcio ajuda muito na aprovação dos projetos. Também vai ajudar a consolidar a Sudeco [Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste], que reúne dois fundos: o FCO [Fundo Constitucional do Centro-Oeste], que é o melhor crédito para financiar o desenvolvimento, e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste [FDCO], criado aqui no Senado e que hoje tem R\$ 1,1 bilhão para a região — comentou.

A senadora destacou que o consórcio pode se tornar a força política necessária para impulsionar a atuação da Sudeco. E defendeu a aprovação, pelos deputados, do projeto de sua autoria que cria uma agência de fomento para administrar o FCO e o FDCO (PLS 303/2008).

## Entra na pauta MP que ressarcce hidrelétrica por falta de chuva

O Senado recebeu ontem a Medida Provisória (MP) 688/2015, aprovada pela Câmara na forma do PLV 24/2015. A proposta transfere ao consumidor final o risco hidrológico, pela falta de chuvas, na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas para compensar os prejuízos de 2015 com a geração menor. A matéria entra na pauta de votações hoje, conforme determinou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Até a metade do ano, os prejuízos acumulados pelas usinas estavam em torno de R\$ 13 bilhões, que não serão repassados ao consumidor final devido à prorrogação temporária dos contratos ou das concessões pelo tempo necessário à amortização do valor. A adesão das empresas geradoras a essa sistemática será voluntária. O texto é de autoria de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que

relatou a proposta na comissão mista.

O risco hidrológico ficará com uma conta que centraliza os custos adicionais de geração de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN): a das bandeiras tarifárias. Assim, a partir de 2016, se o regime de chuvas for favorável, o custo a ser repassado ao consumidor final por meio das bandeiras tarifárias poderá ser menor, mas se chover menos que o esperado, o preço desse risco será transferido ao consumidor com o aumento da parcela da bandeira tarifária incidente na fatura mensal.

### Bandeira vermelha

Desde que o sistema de bandeira tarifária entrou em vigor, a bandeira esteve vermelha, indicando alto custo de geração devido ao acionamento das termelétricas.

Cabe ao Operador Nacional do Sis-

tema (ONS) determinar quanto cada usina deve gerar de energia para otimizar o aproveitamento da água. Devido à escassez de chuvas desde 2012, o ONS decidiu que as hidrelétricas deveriam gerar menos energia para preservar os reservatórios e evitar racionamento.

Em razão disso, as hidrelétricas geraram energia abaixo dos patamares exigidos nos contratos de venda para as distribuidoras e tiveram de recorrer ao chamado mecanismo de realocação de energia. Por meio dele, as geradoras podem compartilhar os riscos hidrológicos, compensando a falta de energia em um local com o excesso em outro. Assim, uma hidrelétrica que gere energia a mais no Sul compensará outra que gerou a menos no Nordeste.

Entretanto, desde 2012, não houve produção excedente o suficiente para compensar a geração menor de vá-

rias usinas e elas tiveram de comprar energia com preço maior no mercado de curto prazo para honrar seus compromissos de venda. Daí o acúmulo do prejuízo.

A partir do ano passado, muitas empresas entraram na Justiça pedindo liminares para não pagar esse custo relacionado ao risco hidrológico. Em razão disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) começou a negociar com o setor em busca de uma solução, que a MP procura viabilizar legalmente.

Antes da edição da medida, a Aneel realizou uma audiência pública para colher sugestões e apontar diretrizes para os acordos que serão fechados com base na MP. Para aderir à repactuação do risco, a empresa deve desistir das ações na Justiça que questionem o pagamento do prejuízo.



# Cinco comissões aprovam emendas ao PPA

Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Assuntos Econômicos e Direitos Humanos definiram áreas prioritárias para investimento entre 2016 e 2019

**QUALIFICAÇÃO DE MULHERES** para empreendimentos solidários, reforço à inovação tecnológica, apoio a arranjos produtivos locais, ampliação da Ferrovia Transcontinental e melhorias dos serviços de saneamento básico estão entre as emendas de cinco comissões permanentes do Senado ao projeto de Plano Plurianual 2016–2019 (Projeto de Lei do Congresso Nacional 6/2015), aprovadas ontem. As emendas seguem para análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) priorizou a melhoria dos serviços de saneamento, o fortalecimento do turismo e o aumento da reserva de água destinada à população.

Por sugestão de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovada emenda que amplia de 10% para 60% o percentual de municípios com plano municipal de saneamento básico. Para que a meta seja alcançada, devem ser implementadas medidas para estruturar o esgoto sanitário e a drenagem de águas pluviais, entre outras.

Em reunião presidida por Davi Alcolumbre (DEM-AP), a CDR aprovou emenda que prevê a qualificação de 40 mil profissionais do setor de turismo, por sugestão de Lídice da Mata.

Também foi acolhida sugestão de Elmano Férrer (PTB-PI) e Simone Tebet (PMDB-MS) prevendo a ampliação da capacidade de reserva de água para abastecimento humano, de forma a superar a crise hídrica enfrentada por diversas localidades.

Elmano foi relator das emendas na CDR, que agora serão enviadas à CMO.

Sob relatoria de Acir Gurgacz (PDT-RO), a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) decidiu contemplar a ampliação da Ferrovia Transcontinental, a construção de adutoras no semiárido nordestino e a meta de pavimentar 2 mil quilômetros de novas estradas federais.

A ampliação da Transcontinental foi proposta por Valdir Raupp (PMDB-RO) e Gurgacz. A ampliação, com custo de R\$ 5 bilhões, refere-se ao trecho entre Porto Velho (RO) e Sapezal (MT).

A construção de adutoras em toda a região do semiárido nordestino foi proposta por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) com base em sugestão de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que era restrita ao Rio Grande do Norte. Os membros da CI optaram pela ampliação da área abrangida. O custo sugerido é de R\$ 500 milhões.

Já a meta de construir ou pavimentar 2 mil quilômetros de rodovias é de iniciativa de Wilder Moraes (PP-GO). Para Gurgacz, a definição dessa meta contempla emendas de outros senadores que queriam a duplicação ou o melhoramento de trechos de rodovias federais já pavimentadas.

## Produção local

O apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) — aglomerações territoriais de agentes econômicos — é um dos focos das emendas propostas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PPA. Por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o setor poderá receber R\$ 850 milhões.

Foi aprovada a emenda que prevê a adequação e modernização das vias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com R\$ 400 milhões,



Delcídio do Amaral e Raimundo Lira na CAE: senadores optaram por destinar mais recursos a arranjos produtivos locais

por sugestão de Sandra Braga (PMDB-AM).

Outra iniciativa apoiada pela CAE é a elaboração de plano de exportação voltado para pequenos e médios produtores agrícolas da Região Nordeste. De autoria de Raimundo Lira (PMDB-PB), a emenda prevê recursos de R\$ 50 milhões.

Há uma série de propostas sem definição de recursos, como a conexão entre negócios nascentes e inovadores (*startups*) e investidores e grandes empresas ou o aumento do número de beneficiários do Proex Equalização. Esse programa viabiliza exportação financiada pelas instituições financeiras no país e no exterior, na qual o Proex assume parte dos encargos financeiros.

As emendas da CAE tiveram como relator Raimundo Lira.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) foram aprovadas seis sugestões. Três delas foram alterações de despesas e as outras três apenas modificações de texto.

Uma delas, de Cristovam Buarque (PDT-DF), inclui no Objetivo 1056, que visa promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas

empresas e cadeias produtivas, a prioridade de financiamentos do BNDES a projetos que desenvolvam a capacidade de inovação na indústria.

Apresentada por Randolfe Rodrigues, outra emenda fixa em 8 mil o número de projetos de pesquisa a serem apoiados pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação. O texto original previa que seriam apoiados de 3,5 mil a 10 mil projetos de pesquisa. A última emenda, também de Randolfe, assegura o apoio orçamentário a 150 projetos de extensão tecnológica.

As emendas foram relatadas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Mulheres

A Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) quer assegurar a participação de 100 mil mulheres em empreendimentos econômicos solidários por meio de processos de capacitação, ao longo dos quatro anos de vigência do Plano Plurianual (PPA). A meta adicional compõe uma das três emendas de despesa que o colegiado aprovou.

As emendas foram aprovadas com base em relatório do

presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Uma segunda emenda propõe a formação de 70% dos conselheiros tutelares e de profissionais do sistema socioeducativo — regime fechado para reeducação de adolescentes por desvio de conduta.

A última emenda trata de iniciativa nova, que precisa resultar na criação de nova ação dentro da política para as mulheres. O objetivo é promover a gestão da política de promoção de igualdade e enfrentamento à violência por meio da articulação intragovernamental.

Se aprovadas pela CMO, as emendas de despesa passarão a integrar o PPA, mas só terão os valores especificados dentro das propostas orçamentárias anuais.

A CDH aprovou uma emenda modificativa do texto do projeto de lei de Cristovam Buarque. Ele propõe que o governo encaminhe ao Congresso relatório anual de avaliação do PPA, estabelecendo critérios mínimos a serem observados. Houve ainda 21 emendas que apenas ajustam o texto de iniciativas já constantes do projeto.

## LDO: valor que poderá ser descontado do superavit diminui

A margem do governo para gerenciar o superavit primário de 2016 foi limitada ontem pelo relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 (PLN 1/2015), deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). Ele acolheu pedido feito pelo relator-geral da proposta orçamentária (PLN 7/2015), Ricardo Barros (PP-PR), e reduziu, de R\$ 30 bilhões para R\$ 20 bilhões, o desconto que o governo pode dar na meta fiscal do próximo ano.

A proposta de LDO determina que o Orçamento deve encerrar 2016 com um superavit primário de R\$ 43,8 bilhões para o conjunto do setor público (União, estados, Distrito Federal e municípios), o equivalente a 0,7% do produto interno bruto (PIB). Para a União, a meta será de R\$ 34,4 bilhões (0,55% do PIB), enquanto para os outros entes federativos será de R\$ 9,4

bilhões (0,15% do PIB).

Na terça-feira, Teobaldo apresentou um adendo autorizando o governo a reduzir a meta em até R\$ 30 bilhões. Ou seja, ela poderia cair para até R\$ 4,4 bilhões, sem risco de descumprimento da LDO.

Ontem, porém, após intervenção do deputado Ricardo Barros, Teobaldo decidiu limitar essa flexibilidade concedida ao Executivo. Com isso, a meta poderá cair para R\$ 14,4 bilhões (0,23% do PIB), totalizando um superavit de R\$ 23,8 bilhões (0,38% do PIB) para o setor público. De acordo com o texto, os R\$ 20 bilhões correspondem a ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Barros alegou que o objetivo é obrigar o governo a ser mais rigoroso na política fiscal.

— Quanto menos liberdade dermos

de flexibilizar a meta fiscal, mais sinalizaremos ao mercado e aos brasileiros que o governo colocará as suas contas em dia — disse.

A modificação da meta de superavit primário da LDO foi o primeiro ponto discutido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que deu início ao processo de votação do relatório final, mas a reunião teve de ser interrompida em razão do início da ordem do dia no Plenário da Câmara.

## Votação

A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), conseguiu articular um acordo para iniciar a votação da LDO 2016. O PSDB comunicou que não faria obstrução à reunião, ainda que não concordasse com o texto de Teobaldo, mas os opositores monopolizaram o microfone, com críticas

à possibilidade de redução da meta de superavit. O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) afirmou que a meta da LDO é “fictícia”. Ele fez um apelo para que o relator fixasse um valor único, ainda que ele fosse menor.

Rose de Freitas espera concluir a votação do parecer final da LDO hoje. Para a próxima semana, tanto ela como o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) articulam a votação do projeto do governo que altera a meta de resultado primário deste ano (PLN 5/2015). O relator é o deputado Hugo Leal (Pros-RJ).

Leal acolheu os números sugeridos pelo Executivo, que transforma a meta oficial de 2015 de um superavit de R\$ 55,3 bilhões (para o conjunto a União) em um deficit de R\$ 51,8 bilhões, com possibilidade de redução de R\$ 68,1 bilhões.

(Com Agência Câmara)